

25 SET 1988
JORNAL DE BRASÍLIA

Boanerges Araújo

O DF ainda tem opções

25 SET 1988

Brasília

Brasília (o Distrito Federal) foi planejada para ter um número de habitantes, previamente fixado, de acordo com o seu plano urbanístico original. Essa configuração foi radicalmente alterada pela mutação da realidade sócio-econômica brasileira. Atualmente, o Distrito Federal tem uma população de quase dois milhões de habitantes, com enorme expectativa em todos os setores de atividades, no que se refere a transportes, educação, saúde, lazer, trabalho e até mesmo sua presença no espaço sócio-urbano do Distrito Federal.

A curto prazo não haverá mais terrenos para edificações no Distrito Federal, a não ser que o Governo — através de seu órgão específico — institua (este é o termo, em termos o Distrito Federal) novas áreas, o que não se configura tão visível, presentemente.

Acreditamos que o setor urbanístico precisa ser visto pelo Governo do Distrito Federal com inteligência, lucidez e senso crítico, mediante a adoção de métodos e técnicas de planejamento voltados para o presente, sem se descuidar, evidentemente, das perspectivas do futuro dessa Unidade da Federação.

O Distrito Federal conta, como se sabe, em sua estrutura político-administrativa com a Secretaria de Habitação (Terracap, SHIS) cuja função, acredita-se, é gerir, controlar e administrar o espaço urbano.

E essa noção de **espaço urbano** é de maior importância no contexto da administração pública, sobretudo em país como o Brasil em fase de expansão demográfica. Cabe à Secretaria de Habitação ter plenas condições de **uso, posse e domínio** das terras no Distrito Federal para em futuro, não muito distante, ter possibilidades de realizar aquilo que se chama de **renovação urbana**. Se a Secretaria de Habita-

ção não dispuser no futuro de opções em terras, como poderá o Governo do Distrito Federal fazer remanejamento e alterações na configuração urbana do Distrito Federal. Poderemos sofrer o **mesmíssimo caos urbano** que vivem, presentemente, as grandes cidades brasileiras.

É tempo da Secretaria de Habitação pensar e agir de acordo com as normas de **planejamento urbano**, evitando o que já ocorre em cidades que, ao invés de propiciarem às suas populações condições dignas de vida, de trabalho, lazer e de bem-estar social, as expõem a toda sorte de mazelas sócio-urbanas e comunitárias. Há tempo, ainda, de se pensar, conceber e executar as alterações, as modificações, os remanejamentos urbanos no Distrito Federal, sem gravames ou ônus sociais e vivenciais às populações que um dia, escolheram essa região brasileira para se fixarem, ante às oportunidades de estudo, trabalho, lazer e vida, frente a

dimensão nova que se abria em termos de espaço vital, de convivência comunitária, de interação entre a cidade e o homem, na configuração de uma comunidade nova e plena de acenos de esperança.

Brasília — Distrito Federal — ainda tem opções em termos de espaço sócio-urbano. Aproveitamos essas oportunidades, enquanto é tempo, antes que seja tarde demais, e o Distrito Federal tenha que, lamentavelmente, de adotar as cruciantes soluções que estão sendo adotadas, inapelavelmente, nas grandes metrópolis brasileiras à custa de imensos gastos públicos e pesados encargos e ônus sociais para as populações.

Brasília — O Distrito Federal — ainda tem **opções urbanas**, que podem e devem ser utilizadas, inteligente e racionalmente, preservando-se a vida da comunidade brasiliense, em homenagem até ao dístico que a caracteriza e a celebra: "Brasília, capital da Esperança".

Numa visão ampla e prospectiva do planejamento do Distrito Federal, deve-se incorporar o conceito de **Região Metropolitana**, que fato que envolve, a partir da realidade cotidiana, a **Região Geoeconômica** do Distrito Federal, dada a interdependência que existe entre o DF e a futura região que o circunda, geopoliticamente.

É preciso se agregar as potencialidades da Região Geoeconômica do DF ao seu processo de planejamento, estabelecendo parâmetros de ocupação do espaço e da dinamização das atividades sócio-econômicas do entorno, através de uma ação conjugada dos Estados de Goiás, Minas e do Distrito Federal.

É indispensável a integração das ações governamentais, empresariais e comunitárias na preparação do bem-estar comunitário.

□ **Boanerges Araújo é jornalista e coordenador de Comunicação Social do INPS em Brasília**